

Linha Direta

#06 • Ano XXIX • Fevereiro/2022

ANFIP ingressa no STF como *amicus curiae* em ADI da OAB contra parcelamento dos Precatórios

A ANFIP protocolou petição ao Supremo Tribunal Federal (STF) para seu ingresso como "amicus curiae" ("amigo da Corte") na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra as Emendas Constitucionais (ECs) nº 113/2021 e 114/2021, que tratam do adiamento e parcelamento dos chamados Precatórios (ADI 7064).

A referida ADI foi ajuizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e outras entidades, questionando a constitucionalidade das emendas, que, segundo a requerente, ferem o direito à propriedade (art. 5°, XXII), à isonomia (art. 5°, caput), à segurança jurídica e à duração razoável do processo (art. 5°, LXXVIII).

A relatora, ministra Rosa Weber, avaliará o pedido de concessão de medida cautelar de suspensão das emendas, que alteraram a data de inclusão dos precatórios na proposta orçamentária e aprovaram o parcelamento da dívida, e, caso haja o reconhecimento da inconstitucionalidade, os precatórios serão regidos pelo regime anterior.



A ação deve ser apreciada pelo Plenário, juntamente com a ADI 7047, com o mesmo objeto. Os julgamentos ainda não estão agendados.

ANFIP discute com advogados acordo com a União no processo dos 28,86%

A vice-presidente de Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Fernandes Branco, se reuniu na quarta-feira (9/2) com o escritório Mota & Advogados Associados, representado pelo advogado José Pinto da Mota Filho. Também participaram, os assistentes jurídicos Diego Costa e Ilanna Ferraz.

Na reunião, além de assuntos contratuais, foram discutidos os procedimentos para dar celeridade ao acordo com a União no processo dos 28,86%.

Na última semana, a vice-presidente de Assuntos Jurídicos também se reuniu com a advogada Priscila Abritta, que tutela diretamente a ação, quando recebeu a informação de que cerca de 168 execuções seriam contempladas pelo acordo, o que beneficia, aproximadamente, 4.200 associados.

Nos encontros com os advogados, ficou estabelecida a necessidade de alertar os herdeiros, que estão sendo abordados por diversos advogados alheios ao processo e, consequentemente, sofrendo reais prejuízos financeiros. A ANFIP recomenda que os sucessores promovam o procedimento de habilitação conforme as orientações do Setor



Jurídico da Entidade. O contato pode ser feito pelo telefone 3004-9197 e/ou WhatsApp (61) 98176-9051.

Em breve, a ANFIP comunicará oficialmente as especificidades do Acordo aos beneficiários. A intenção é que os valores sejam inscritos em precatório ainda este ano.

Faça já sua inscrição para o XVII Encontro Nacional PÁGINA 2 ANFIP divulga trabalho da Auditoria Tributária e Aduaneira PÁGINA 5 Unimed Vitória cria canal de atendimento via WhatsApp PÁGINA 7

Recupere o IRRF sobre juros de mora em precatórios recebidos em 2017

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário 855.091/RS, definiu que os juros de mora incidentes em verbas salariais e previdenciárias pagas em atraso têm caráter indenizatório, não incidindo Imposto de Renda, por não haver acréscimo patrimonial. Ou seja, o Imposto de Renda não deveria ser cobrado. Assim, qualquer contribuinte, servidor ou não, tem o direito de ajuizar uma ação de repetição de indébito, solicitando a restituição. O prazo é de cinco anos.

Os associados que receberam precatórios em 2017, podem realizar a declaração retificadora do IR de 2018 (com anocalendário 2017), excluindo da base de cálculo os valores dos juros de mora, que deverão ser apontados como rendimentos isentos e não tributáveis.

Para fazer a retificação, é preciso ter cópia do formulário do precatório recebido, onde conste a quantidade de meses, além de cópia do extrato bancário com o valor recebido, PSS pago, IRPF pago e mês de recebimento. Assim, o associado deverá acessar sua declaração do ano-calendário 2017, no programa da Receita Federal, e realizar os procedimentos a seguir:

- 1 No campo da declaração do Imposto de Renda, acessar Rendimentos Recebidos Acumuladamente de Pessoa Jurídica (RRA);
- 2 Para fazer a retificação, basta excluir os juros moratórios do RRA;
- 3 Em seguida, é preciso lançar o valor dos juros moratórios no campo Rendimentos Isentos e Não Tributáveis Campo 26 outros, descrição Juros de Mora;
- 4 A diferença dos juros de mora será excluída do valor principal, gerando uma nova restituição com valores superiores.

Os associados que necessitarem de auxílio nas buscas de precatórios recebidos pela ANFIP, podem entrar em contato com o Setor Jurídico pelo 3004-9197, e-mail juridico@anfip.org.br ou pelo Whatsapp (61) 98176-9051 (somente mensagens).

Jovem Pan demite comentarista que caluniou os Auditores

A antropóloga Bruna Torlay, comentarista da rede Jovem Pan, foi demitida dos quadros do grupo nesta semana. O afastamento, segundo ela revela em vídeo nas suas redes sociais, decorreu das interpelações judiciais e extrajudiciais apresentadas pela ANFIP e outras entidades dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.

A notificação da ANFIP foi encaminhada em dezembro

passado, logo em seguida aos comentários desabonadores e caluniosos de Torlay, ocorridos no programa "3 em 1", transmitido pela TV e Rádio Jovem Pan e nos canais do grupo no YouTube, em 22 de dezembro.

Como o desligamento ocorreu sem a retratação da comentarista ou do veículo de comunicação, a ANFIP analisa com sua equipe jurídica a possibilidade de ajuizar em breve a queixa-crime.

Comissão Organizadora alinha preparativos do XVII Encontro Nacional

Os integrantes da Comissão Organizadora do XVII Encontro Nacional da ANFIP participaram de reunião, na quinta-feira (10/2), para dar continuidade aos preparativos do evento, que será realizado de 5 a 7 de maio, em Florianópolis (SC).

Nesta etapa, os dirigentes analisaram a seguinte pauta: programação, orçamento, transporte, hospedagem, convite às autoridades, participação de parceiros, dentre outras.

Participaram da videoconferência o presidente Vilson Antonio Romero, os vice-presidentes Eucélia Maria Agrizzi Mergár (Executiva), Albenize Gatto Cerqueira (Cultura Profissional e Relações Interassociativas, Maria Aparecida Fernandes Paes Leme (Relações Públicas), Antônio Carlos Silveira (Planejamento e controle Orçamentário), Márcio Humberto Gheller (Administração, Patrimônio, Cadastro e Tecnologia da Informação) e o presidente da Estadual de Santa Catarina (ANFIP-SC), Floriano José Martins; além dos colaboradores Mauro Justino (Administração) e Zuleide Miranda (secretaria).



Inscrições - Faça agora mesmo sua inscrição na página oficial do evento (AQUI). No site, também estão disponíveis os melhores pacotes de hospedagem e passeios turísticos, bem como os contatos para realizar a cotação de passagens aéreas com a Açoriana Turismo, parceira do evento. Dispensa de ponto: clique AQUI para saber o prazo e todos os detalhes.

Expediente

Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasi ede: SBN Od. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907 Telefone: (61) 3251 8100 Whatsapp: (61) 98289 5150

Envie seus comentários sobre o Linha Direta para o email:

DIRETORA RESPONSÁVEL Marluce do Socorro da Silva

EDITORA

REPORTAGEM a. Ludmila Machado Marina Rodrigues e Thayná Cavalcante. EDITORAÇÃO ELETRÔNICA





o www.instagram.com/anfipnacional



www.facebook.com/anfip.nacional



www.twitter.com/anfipnacional



You www.youtube.com/anfipoficial

Cenário político é analisado em reunião coordenada pela ANFIP

Na segunda-feira (7/2), o vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial da ANFIP, José Arinaldo Gonçalves Ferreira, coordenou mais uma reunião virtual da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, realizada com diversas entidades parceiras e centrais sindicais.

Durante o encontro, os representantes analisaram os possíveis cenários envolvendo o reajuste salarial reivindicado pelas categorias do funcionalismo público. O debate contou com a participação do deputado federal Rogério Correia (PT/MG) e do consultor parlamentar Vladimir Nepomuceno.

Conforme discutido, não houve previsão de pautas de interesse dos servidores para esta semana, com exceção da sessão conjunta para deliberação de vetos. O grupo segue atento às movimentações no Congresso Nacional, acompanhando com



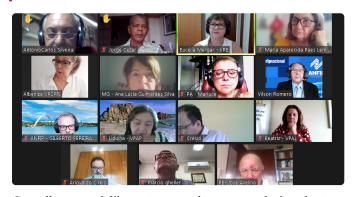
vigor as atividades que estão sendo realizadas em regime remoto. A próxima reunião da Frente está marcada para o dia 14 de fevereiro.

Conselho Executivo realiza primeira reunião ordinária

Os integrantes do Conselho Executivo da ANFIP realizaram na terça-feira (8/2), em formato virtual, a primeira reunião ordinária da atual gestão. O presidente Vilson Antonio Romero conduziu os trabalhos, com análise, debate e deliberação dos diversos itens da pauta.

Os conselheiros aprovaram a licença para mandato classista da vice-presidente Executiva, as indicações ao Conselho Curador da Fundação ANFIP, a participação em diversos colegiados e a constituição das Comissões de Trabalho das várias áreas, bem como as prioridades de atuação das vice-presidências, entre outros assuntos.

Vilson Romero, na ocasião, adiantou que, ainda em fevereiro, poderá ser realizada reunião extraordinária do



Conselho para deliberações que decorrerem da instalação e início dos trabalhos das Comissões.

Fundação ANFIP define plano de ação para 2022

Na quarta-feira (9/2), o presidente da ANFIP, Vilson Antonio Romero, realizou a abertura da primeira reunião da Diretoria Executiva da Fundação ANFIP de Estudos Tributários e da Seguridade Social do atual mandato.

No encontro, realizado em formato virtual, foram analisados e debatidos os diversos projetos e trabalhos a serem desenvolvidos ao longo da gestão. Em parceria, as entidades pretendem elaborar estudos tributários e da área social, além de certificar diversos cursos, possibilitando aos Auditores Fiscais alternativas para a licença capacitação e/ou progressão funcional na carreira.

Pela Fundação, participaram da reunião a presidente, Margarida Lopes de Araújo, e os diretores Marcilio Henrique Ferreira (Eventos, Cursos e Publicações), Maria Geralda Vitor (Administrativa Financeira) e Nilza Garutti (Estudos, Planejamento e Projetos).



ANFIP participa de reunião do Conselho dos Regimes Próprios de Previdência

Ocorreu na quarta-feira (9/2), em Maceió (AL), a 7ª reunião ordinária do Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social (CNRPPS), que contou com a presença do Auditor Fiscal Décio Bruno Lopes, representante dos participantes do RPPS da União, na vaga do Fonacate.

A reunião foi conduzida pelo secretário de Previdência Social e

presidente do Conselho, Leonardo José Rolim. Durante o encontro, foram discutidos o cronograma e as prioridades das novas funcionalidades do Sistema de Compensação Previdenciária (Comprev), as ordens de análise da compensação previdenciária e propostas apresentadas pela Comissão de Atuária.



STF inclui MCCE em ação que contesta valor do fundo eleitoral

Em dezembro de 2021, o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), do qual a ANFIP é integrante, solicitou ingressar como *amicus curiae* ao Supremo Tribunal Federal (STF) para questionar dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022, aprovada pelo Congresso Nacional, que destina R\$ 5,7 bilhões ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha.

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7058, sobre o tema, tem como relator o ministro André Mendonça, que, no dia 7 de fevereiro, acatou o pedido do MCCE e incluiu o movimento como *amicus curiae* na referida ação. Na solicitação feita ao STF, foi ressaltada a atuação decisiva e a liderança nos assuntos de combate à corrupção eleitoral, destacando as duas importantes leis viabilizadas pelo grupo: a Lei Contra a Compra de Votos e a Lei da Ficha Limpa. É importante destacar que a Procuradoria Geral da República, o Senado, a Câmara e a Advocacia-Geral da União manifestaram-se pela rejeição da participação do MCCE e de outras entidades eleitorais na ação.

Vale relembrar que o valor de R\$ 5,7 bilhões foi aprovado pelo Congresso, após o veto presidencial, em dezembro de 2021. Em janeiro de 2022, o presidente da República sancionou o projeto que fixou o valor em R\$ 4,9 bilhões. O MCCE, além de ingressar com o pedido de *amicus curiae*, divulgou em várias oportunidades o repúdio ao aumento do valor aprovado para o fundo eleitoral. Primeiro porque o valor foi aprovado sem as contrapartidas necessárias, como a distribuição justa, permitindo a inclusão de grupos minorizados. Além disso — e não menos importante — pela discrepância do valor, diante de um Brasil, ainda assolado pela pandemia, com necessidade de priorização de recursos, por exemplo, em políticas de saúde e combate à fome.

Confira AQUI alguns trechos da decisão interlocutória, relativa à (ADI) 7058, elaborada pelo relator do caso, ministro André Mendonça.

Fonte: MCCE

IR 2022: Organize os documentos para a Declaração Anual

O período de declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física, para alguns, pode ser um pouco trabalhoso. Para minimizar as dificuldades na busca pelos documentos necessários, e também para evitar erros, é importante se adiantar. O prazo para fazer a declaração em 2022, assim como acontece nos anos anteriores, apesar de ainda não ter sido divulgado pelo governo, deve ser nos meses de março e abril.

Portanto, confira as orientações abaixo e saiba quais documentos separar, a fim de evitar cair na malha fina e obter a melhor restituição ou o menor pagamento do IR:

Renda

- Informes de rendimentos de instituições financeiras, inclusive corretora de valores;
- Informes de rendimentos de salários, pró labore, distribuição de lucros, aposentadoria, pensões, etc.;
- Informes de rendimentos de aluguéis de bens móveis e imóveis recebidos de jurídicas etc.;
- Informações e documentos de outras rendas percebidas no exercício de 2021, tais como doações, heranças, dentre outras;
- Livro Caixa e DARFs de Carnê-Leão;
- Informes de rendimentos de participações de programas fiscais.

Bens e direitos

Documentos que comprovem
 a compra e venda de bens e direitos

ocorridas em 2021;

- Cópia da matrícula do imóvel e/ou escritura de compra e venda;
 - Boleto do IPTU;
- Documentos que comprovem a posição acionária de cada empresa, se houver.

Dívidas e ônus

Informações e documentos de dívida
 e ônus contraídos e/ou pagos em 2021.

Rendas variáveis

- Controle de compra e venda de ações, inclusive com a apuração mensal de imposto (indispensável para o cálculo do Imposto de Renda sobre Renda Variável):
 - DARFs de Renda Variável;
- Informes de rendimento auferido em renda variável.

Pagamentos e deduções efetuadas

- Recibos de pagamentos de plano de saúde;
- Despesas médicas e odontológicas em geral;
- Comprovantes de despesas com educação (com CNPJ da empresa emissora, com a indicação do aluno);
- Comprovante de pagamento de previdência social e privada (com CNPJ da empresa emissora);
 - Recibos de doações efetuadas;
- Recibos de empregada doméstica (apenas uma), contendo número NIT;
- Recibos de pagamentos efetuados a prestadores de serviços.

Informações gerais

- Nome, CPF, grau de parentesco e



data de nascimento dos dependentes;

- Endereços atualizados;
- Cópia completa da última
 Declaração de Imposto de Renda Pessoa
 Física entregue;
- Dados da conta para restituição ou débitos das cotas de imposto apurado, caso haja;
- Atividade profissional exercida atualmente.

Além disso, existe a necessidade de o contribuinte incluir informações complementares sobre alguns tipos de bens, tais como imóveis, veículos, aeronaves e embarcações, bem como de contas correntes e aplicações financeiras. Veja quais são essas informações:

- Imóveis: data de aquisição, área do imóvel, inscrição municipal (IPTU), registro de inscrição no órgão público e no cartório de imóveis;
- Veículos, aeronaves e embarcações:
 número do Renavam e/ou registro no correspondente órgão fiscalizador; e
- Contas correntes e aplicações financeiras: CNPJ da instituição financeira.

Fonte: Com informações do Portal G1.

ACÃO FISCAL

ANFIP divulga trabalho da Auditoria Tributária e Aduaneira

A ANFIP criou um novo espaço em seu site para divulgar o trabalho da Auditoria Fiscal da Receita Federal do Brasil. No novo menu, você confere as principais notícias sobre a atuação dos integrantes da Carreira nas diversas áreas: tributos internos, atendimento, malha fiscal, julgamento, aduana, entre outros.

Acompanhe o dia-a-dia dos Auditores Fiscais em defesa do país, com o combate ao contrabando, ao tráfico de drogas, à pirataria, à sonegação fiscal e à lavagem de dinheiro. Confira abaixo as principais notícias ou acesse AQUI o espaço Ação Fiscal.

Receita Federal apreende 240,5 kg de cocaína no Porto de Itapoá (SC)

A Receita Federal realizou na segunda-feira (7/2) a apreensão de 240,5 kg de cocaína que foram introduzidos por criminosos em um contêiner que tinha como destino a Itália. Esta foi a segunda apreensão da droga realizada pelos servidores do órgão em 2022.

O método utilizado pelos traficantes foi o rip-on/ripoff, que consiste em introduzir a cocaína em contêineres sem o conhecimento do exportador. Neste caso, a carga escolhida era de pellets de madeira, criados a partir do resíduo do beneficiamento da madeira e tradicionalmente usados como combustível sólido. A droga foi detectada por servidores da Receita Federal após a passagem do contêiner pelo scanner.

A Receita Federal já havia apreendido no dia 7 de janeiro 78,5 kg de cocaína que vieram de um contêiner com origem nos Estados Unidos. No ano passado, os servidores do órgão impediram o tráfico de cerca de 1.300 kg de cocaína no porto de Itapoá.

Fotos e vídeos da apreensão podem ser baixados <u>AQUI</u>. Fonte: Receita Federal do Brasil

Receita Federal apreende 558 kg de cocaína destinados à Alemanha

A atuação da Receita Federal no combate aos ilícitos aduaneiros no complexo portuário santista frustrou a tentativa de envio ao exterior de aproximadamente 558 kg de cocaína.

A droga estava cuidadosamente oculta em uma carga de 151 toneladas de café cru acondicionada em sete contêineres. Para ter acesso à cocaína, foi necessária a retirada de 21,6 toneladas de café de um dos contêineres.

A seleção da carga foi feita durante as atividades de Gestão de Riscos da Receita Federal, com análise das operações de exportação e utilização de imagens de escâneres e de cães de faro.

Como responsável pelo controle aduaneiro no País, a Receita Federal busca assegurar o equilíbrio entre a facilitação do comércio internacional e a segurança aduaneira, garantindo que as cargas não sejam utilizadas para o cometimento de ilícitos.

No período de 2016 a 2022, a Receita Federal evitou que mais de 110 toneladas de cocaína fossem embarcadas no Porto de Santos e chegassem ao seu destino.

Fotos, planilha, vídeos e gráfico atualizados no link abaixo: drive.google.com/drive/folders/1Q0VPsmiEUUIAXGbH N2rhYbCVD6MDd_ul?usp=sharing



Fonte e foto: Receita Federal do Brasil

Receita Federal em Viracopos apreende 5,14 kg de haxixe em remessas expressas de importação

A Seção de Remessas Postais e Expressas da Alfândega de Viracopos (Sarpe/VCP) realizou, na última semana de janeiro, a apreensão de quatro remessas expressas de importação com presença de haxixe.

Dessas encomendas, três tiveram origem nos Estados Unidos, somando 2,5 kg do entorpecente. A droga encontrava-se oculta em uma barraca de camping (acampamento), uma caixa de som e entre papéis de correspondência. Sendo que as duas primeiras tinham como destino o Rio de Janeiro e, a terceira, Florianópolis.

A quarta remessa apreendida foi embarcada no Canadá. Nela, foram encontrados 2,62 kg de haxixe ocultos em latas de doces em calda com destino a Brasília.

Todas as cargas foram retidas e serão encaminhadas à Polícia Federal para prosseguimento das investigações e testes de laboratório.

Fonte: Receita Federal do Brasil

Receita Federal em Minas Gerais bate recorde de apreensões de mercadorias estrangeiras irregulares em 2021

As apreensões de mercadorias estrangeiras, no ano de 2021, bateram recorde e somaram R\$ 112.784.543,92, o que equivale a um expressivo crescimento de 88% em comparação ao ano de 2020 e de 57,5% em relação ao ano de 2019.

O valor é resultado de diversas operações realizadas pela Receita Federal de combate ao contrabando, ao descaminho e a importação irregular de mercadorias estrangeiras em todo o estado no último ano. As operações visam coibir a concorrência desleal com a indústria nacional e com os importadores regulares, a sonegação de impostos e a entrada de produtos no País que não atendam as diversas regulamentações para uso e consumo seguros pela sociedade. Desta forma, a Receita Federal promove a manutenção de empregos formais, a defesa da sociedade e um melhor ambiente de negócios no Brasil.

As operações foram realizadas em portos secos, aeroportos, estradas, centrais de distribuição dos Correios e marketplaces (lojas virtuais), transportadoras, depósitos clandestinos e os mais variados estabelecimentos comerciais.

A gama de produtos apreendidos acoberta diferentes segmentos da economia, reflexo do monitoramento e acompanhamento do mercado realizado pela Receita Federal. Os cinco tipos de mercadorias que tiveram maior valor de apreensões foram:

 R\$ 38.571.713,96 - cigarros de tabaco e cigarros eletrônicos;

- R\$ 23.959.175,02 eletroeletrônicos;
- R\$ 4.512.664,16 veículos estrangeiros irregulares ou utilizados na prática de contrabando e descaminho;
- R\$ 3.254.471,85 produtos de informática:
 - -R\$ 2.061.428,12 calçados.

mercadorias apreendidas, após processuais os trâmites regulares, são destinadas conforme a legislação em vigor. Podem ser leiloadas, o que representa um retorno aos cofres públicos de parte dos tributos sonegados, incorporadas ou doadas para outros órgãos públicos e instituições sem fins lucrativos, promovendo a redução de gastos públicos e ampliando os trabalhos realizados por tais instituições. Para os produtos impróprios para uso ou consumo, a Receita Federal tem buscado intensamente a destinação sustentável em parceria com instituições públicas de ensino, reduzindo a quantidade de produtos destruídos. Durante a pandemia, milhares de bebidas alcoólicas apreendidas foram transformadas em álcool em gel e doadas para hospitais públicos, prefeituras, instituições de ensino e entidades sem fins lucrativos, visando ajudar no combate à pandemia da Covid-19.

Outras iniciativas realizadas no ano de 2021 demonstram o relevante alcance das destinações sustentáveis:

- 90 toneladas de tabaco foram transformadas em adubo;
- 17 toneladas de vestuários contrafeitos foram descaracterizadas e doadas para a população carente;

- 500 pares de tênis contrafeitos foram descaracterizados e doados para a população carente;
- 10 toneladas de cigarros foram descaracterizadas com a utilização da máquina desenvolvida pela Universidade Federal de Lavras. Nesse caso, o plástico foi para a reciclagem, o tabaco virou adubo e os filtros foram misturados a cimentos para a fabricação de telhas e outros itens para a construção civil;
- 745 TV BOX foram descaracterizados e transformados em minicomputadores. Esses equipamentos foram doados para oito municípios mineiros, com estimativa de beneficiar 18 mil crianças de escolas públicas.

Também merece destaque o trabalho da Receita Federal no combate ao tráfico de drogas. Nos últimos três anos, o órgão foi responsável pela apreensão em todo o Brasil de:

2019

Maconha: 6,4 toneladas; Cocaína: 57,8 toneladas.

2020

Maconha: 18,3 toneladas; Cocaína: 47,6 toneladas.

2021

Maconha: 8,7 toneladas; Cocaína: 36,7 toneladas.

Ao estabelecer um novo recorde de apreensões de mercadorias estrangeiras em Minas Gerais, a Receita Federal demonstra o cumprimento de sua missão institucional de administrar o sistema tributário e aduaneiro, contribuindo para o bem-estar econômico e social do País.

Fonte: Receita Federal do Brasil

ESTADUAIS

ANFIP-SP informa que as eleições de 2021 foram anuladas

A ANFIP-SP — Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil em São Paulo — informa que as eleições realizadas em 2021 foram anuladas. A Diretoria descobriu irregularidades, sendo constatadas e confirmadas, pela confissão de dois funcionários da associação, que entraram indevidamente no sistema eletrônico de votação, alterando e distorcendo o resultado das eleições. Após as confissões, os seus vínculos funcionais foram imediatamente encerrados.

Em reunião da Diretoria, do Conselho Fiscal e de

associados candidatos às eleições, ficou decidida, por unanimidade, a prorrogação do mandato da atual diretoria para 31 de março de 2022, fato esse já publicado no site da ANFIP-SP e encaminhado aos associados por Boletim Informativo.

Um novo processo eleitoral será realizado o mais breve possível. O cronograma das eleições e as informações a respeito serão devidamente comunicados.

A ANFIP-SP reitera a confiança e credibilidade como frutos de 54 anos de atividades.

Fonte: ANFIP-SP

Conselheiros participam de reunião com Diretoria da Agafisp

Em mais uma iniciativa de integração com as Estaduais, o presidente da ANFIP, Vilson Antonio Romero, e as vicepresidentes Eucélia Maria Agrizzi Mergár (Executiva), Maria Beatriz Fernandes Branco (Assuntos Jurídicos) e Tereza Liduína Santiago Félix (Aposentadorias e Pensões) se reuniram, na quinta-feira (10/2), com os diretores da Agafisp, representante da Entidade no Rio Grande do Sul.

Na ocasião, foram discutidos os preparativos para o XVII Encontro Nacional, os trabalhos em defesa da autonomia das administrações tributárias e a articulação por melhorias no atendimento aos associados vinculados ao plano de saúde e aos convênios. Além disso, foi esclarecida a situação das ações judiciais

em andamento e informadas as demais atividades que estão sendo desenvolvidas em prol dos filiados da ANFIP.

"Apesar da situação sanitária, a Associação não vai deixar de trabalhar. Vamos continuar tendo como bandeiras a defesa da paridade, além de outras ações em prol de nossos associados ativos, aposentados e pensionistas. Para isso, precisamos defender o engajamento com as nossas Estaduais. Estamos abertos a críticas, sugestões e encaminhamentos que busquem melhorar o atendimento aos nossos associados em cada região", disse Romero.

Pela Agafisp, estiveram presentes o presidente Luiz Carlos Santos da Silva, o vice-presidente José Amilton Vieira Freire;



a coordenadora do Conselho Deliberativo, Dulce Willenbring de Lima; e os diretores Claudio Roberto Dornelles Macedo (Financeiro), Tania Maria Faria Garcia (Administrativa) e Elisabete dos Santos Diniz (Cultural, Social e Esportiva).

ANFIP-MA prorroga gestão da atual diretoria

A ANFIP-MA, Estadual do Maranhão, prorrogou o mandato da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal pelo prazo de 180 dias. A decisão foi tomada em reunião extraordinária realizada no dia 11 de janeiro. Com isso, até 30 de julho de 2022, a entidade segue sendo presidida pela Auditora Fiscal Mairla Silva Gomes de Oliveira.

BENEFÍCIOS E CONVÊNIOS

Unimed Vitória cria canal de atendimento exclusivo no WhatsApp

Pensando no melhor cuidado com os associados e clientes, a Unimed Vitória disponibilizou um canal de atendimento exclusivo no WhatsApp. Por meio do número (27) 99888-0080 você pode solicitar o cartão virtual do plano de saúde, autorização de procedimentos, acompanhamento de protocolo, transcrição de exames, entre diversos serviços.

Também estão disponíveis outros canais de relacionamento da Unimed e da Benevix, operadora do plano, confira as opções e escolha a que se adequa melhor à sua necessidade.



Aproveite a campanha Carência Zero e faça já sua adesão ao plano Unimed Vitória

Quer economia e atendimento nacional? Então, aproveite a campanha CARÊNCIA ZERO*, oferecida pela ANFIP e a Benevix, e contrate o plano de saúde Unimed Vitória.

A campanha é válida até o dia 28 de fevereiro. Aproveite a oportunidade de garantir esse cuidado para você e sua família!

Está disponível aos associados e novos associados o Contrato 8444 (confira a tabela), que possui os menores preços que você vai encontrar no mercado.

FAIXA ETARIA	ENFERMARIA	APARTAMENTO
ETARIA	N* 466.263/12-6	N* 466.267/12-9
00 a 18	R\$ 195,81	R\$ 235,89
19 a 23	R\$ 211,13	R\$ 254,10
24 a 28	R\$ 228,00	R\$ 274,43
29 a 33	R\$ 262,93	R\$ 312,56
34 a 38	R\$ 283,95	R\$ 337,58
39 a 43	R\$ 301,15	R\$ 361,66
44 a 48	R\$ 479,84	R\$ 578,09
49 a 53	R\$ 500,47	R\$ 602,95
54 a 58	R\$ 521,05	R\$ 627,78
Acima 59	R\$ 1.085,13	R\$ 1.242,42

Desconto nos melhores hotéis e resorts do Brasil? Aqui tem!

Só no seu Clube de Vantagens ANFIP você tem acesso a descontos de até 20% nos melhores hotéis e resorts do país, garantindo conforto e sofisticação por preços que cabem no seu bolso.

Entre as redes conveniadas estão Hplus, Vila Galé, Meliá, Plaza e muito mais! Confira as unidades disponíveis e fique por dentro das condições especiais na plataforma www.anfip.temvantagens.com.br.